



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

Nº. CONTROLE SICOM: 002/2021

TERMO DE FOMENTO Nº. 002/2021

**TERMO DE FOMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SACRAMENTO, ESTADO DE MINAS GERAIS E A ASSOCIAÇÃO FRATERNA CORINA NOVELINO PARA REPASSE DE RECURSO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1.764, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**MUNICÍPIO DE SACRAMENTO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.140.764/0001-48, localizada na Praça Monsenhor Saul Amaral, 512 – Centro – CEP 38.190-000 - Sacramento/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Wesley de Santi de Melo, inscrito no CPF n.º: 788.906.406-34, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e,

**ASSOCIAÇÃO FRATERNA CORINA NOVELINO**, com sede na Avenida Aníbal Ferreira Cândido, n.º 665, em Sacramento/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.235.393/0001-48, neste ato representada pela sua Presidente a Sra. Raimunda Silva Trindade, brasileira, portadora da cédula de identidade RG 11.744.369 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 856.003.508-72, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**;

resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Lei Municipal nº. 1.764, de 03 de dezembro de 2020 e Decreto Municipal nº. 315, de 10 de outubro de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CONSIDERANDO** os termos do processo nº. 3.403 de 23 de dezembro de 2020;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº. 002/2021 da lavra do advogado, Bruno Mateus do Nascimento, datado de 13 de janeiro de 2021, fls. 63/67;

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Fomento tem por objeto transferir e acompanhar a aplicação dos recursos advindos de subvenção, conforme previsão expressa na Lei Municipal nº. 1.764, de 03 de dezembro de 2020, seguindo parâmetros dispostos no plano de trabalho.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

### **a) Dirigente responsável pela PROPONENTE**

Raimunda Silva Trindade, se responsabilizará, como gestor, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos da Lei 13.019/14 e suas alterações.

### **b) Gestor responsável pela CONCEDEnte**

Valdair Candida da Silva, Secretária Municipal de Educação, se responsabilizará pela fiscalização da aplicação, execução, monitoramento e avaliação, e pela emissão do parecer conclusivo da prestação de contas da parceria.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS**

### **São obrigações da CONCEDEnte:**

- a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- b) Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada a prorrogação ao exato período do atraso;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- d) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como a providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- e) Emitir relatório de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:
  - 1. A forma sumária das atividades e metas estabelecidas;
  - 2. As atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido, em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
  - 3. Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
  - 4. Quando for o caso, os valores pagos nos termos da lei de regência, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
  - 5. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
  - 6. Análise das auditorias, realizadas, pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias;
- f) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.
- g) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- h) Cumprir os prazos previstos na Lei do Marco Regulatório, no que se refere à Prestação de contas.
- i) Exigir da Entidade parceira a prestação de contas conforme determina a lei de regência, e demais exigências da Administração, caso houver, e do respectivo Tribunal de Contas.
- j) Realizar pesquisa de satisfação das parcerias quando caso a vigência ultrapasse 1 (um) ano, inclusive por Termo Aditivo.

## São obrigações do PROPONENTE

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento.
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto.
- c) Manter os recursos aplicados.
- d) destinar 10% (dez por cento) do número de vagas a fim de atender à solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, quando este necessitar, principalmente em situações de atendimento às demandas do Ministério Público e do Poder Judiciário;
- e) Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até no máximo R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do instrumento, exclusivamente para atender a excepcionalidade da lei de regência.
- f) Fazer a restituição dos rendimentos financeiros, exceto se autorizado aumento de metas do objeto pactuado.
- g) Fazer restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado a reprogramar.
- h) Manter e movimentar os recursos na conta específica citada somente para os pagamentos acordados em Plano de Trabalho, anexo a este instrumento.
- i) Permitir livre acesso ao Gestor do responsável pelo Controle Interno, e dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE.
- j) Transferir e permitir que o CONCEDENTE se responsabilize pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- k) Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de capital.
- l) Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.
- m) Prestar contas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 370/2018 e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.
- n) Anexar e entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.
- o) Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- p) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for parcialmente com recursos do objeto.
- q) Divulgar esta parceria, em seu sítio na internet, com as informações relativas à parceria, tais como: data da assinatura, identificação do instrumento, do órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados e situação da prestação de contas da parceria.
- r) Oficiar a relação de parentesco vinculado ao objeto, caso houver, de dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau que tenha relação direta com servidores ou agentes políticos diretamente ligados ao CONCEDENTE.
- s) Adotar um roteiro de compras e contratações, onde se evidencie os Princípios da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a ser seguido pela Entidade quando se tratar de recursos oriundos do Termo de Fomento.

## CLÁUSULA QUARTA – DO DESTINO DOS BENS REMANESCENTES

As partes reconhecem que os bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública será de titularidade e se incorporará ao patrimônio da CONCEDENTE.

## CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Deverá seguir as normas da Legislação Trabalhista e respeitar acordos coletivos e sindicais.

## SUBCLÁUSULA ÚNICA – VÍNCULO TRABALHISTA

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

## CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 –A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de até **R\$84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), divididos em 12**

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

**(doze) parcelas**, no valor de R\$7.000,00 (sete mil reais) para cada parcela, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.06.12.365.0016.2.011.3.3.50.43.00 Ficha, 283 Recurso 101, sendo assim distribuídas:

## 6.2 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, **Conta corrente nº 1946-7, operação 003, agência 0940**, Caixa Econômica Federal – CEF Sacramento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser efetuada de forma integral, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 315/2019.

## CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2021**, e poderá ser prorrogado a critério da PROPONENTE, desde que autorizado, e somente quando as razões se justificarem.

## 8.1 – DA PRORROGAÇÃO

A prorrogação dar-se-á de ofício, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, motivado pela PROPONENTE, protocolado junto ao Órgão Gestor da CONCEDENTE.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

### 9.1 – DA RESCISÃO SEM ÔNUS

Quaisquer das partes têm faculdade para rescindir esta parceria, sem ônus, limitada a responsabilidade a execução do objeto parcial, desde que comunicado *ex-officio* com no mínimo 60 (sessenta dias) de antecedência, quando das seguintes razões:

- Acordado entre as partes, desde que as etapas proporcionais ao objeto, tenham sido, plenamente realizadas e prestado contas até o montante do repasse realizado.
- Se houver atrasos nos repasses (definir prazo) que comprometam a execução do objeto;
- Em casos fortuitos, tais como guerra, tempestades, inundações e incêndio, que possa interferir diretamente na execução do objeto, comprovado com laudo de vistoria pelo CONCEDENTE ou por órgãos oficiais.

### 9.2 – DA RESCISÃO COM ÔNUS

Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido *ex-officio* pela CONCEDENTE, interrompido os repasses para que até 30 (trinta) dias seja apresentada a defesa, e ainda nos casos em que a PROPONENTE:

- No curso da parceria, possa ter sido declarada omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com uma das três esferas de governo, inclusive com a administração indireta;
- Indicar como dirigente, durante a vigência do termo de Fomento, agente político do Poder público da mesma esfera governamental, bem como parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até segundo grau.
- Ter julgadas irregulares prestações de contas dos últimos 5 (cinco) anos, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- Não ter sanado, em tempo hábil as irregularidades que motivaram a rejeição, e não forem quitados os débitos que lhes foram eventualmente imputadas ou for reconsiderada ou revista a decisão, das contas julgadas irregulares, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Educação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- e) Receber, durante a vigência desta parceria, punição de suspensão de participar em licitação e impedimento para contratar com a administração pública, e ou ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.
- f) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitas pelo Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos.
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.
- h) Tenha dirigentes suspensos dos direitos políticos de três a dez anos, conforme o caso, e proibidos de contratar com o poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três a dez anos, conforme o caso.

## CLÁUSULA DEZ – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no site da Prefeitura Municipal de Sacramento e no Jornal Oficial do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cumprido o disposto da legislação em vigor.

## CLÁUSULA ONZE – DO ANEXO

Faz parte integrante e indispensável deste instrumento, o Plano de Trabalho, na forma prevista na lei de regência.

## CLÁUSULA DOZE – DO FORO

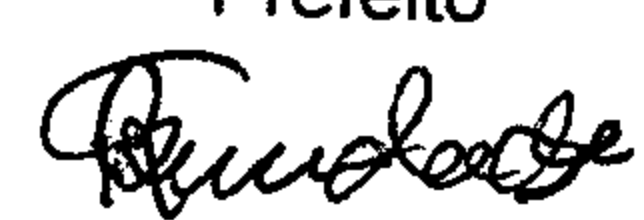
As partes elegem o foro da comarca de Sacramento/MG para esclarecer dúvidas de interpelações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

## CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÃO FINAL

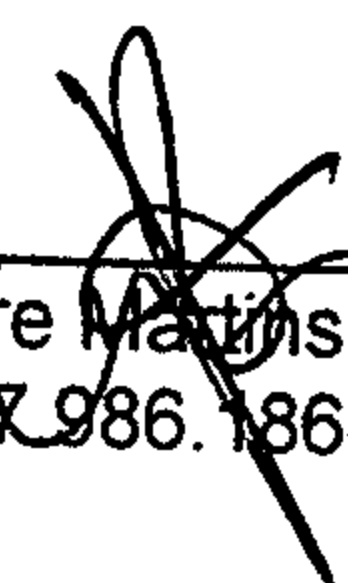
E, por estarem cientes e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Prefeitura Municipal de Sacramento, Estado de Minas Gerais, em 13 de janeiro de 2021.

  
Wesley De Santi de Melo  
Prefeito

  
Raimunda Silva Trindade  
Presidente da Associação Fraterna Corina Novelino

### Testemunhas:

1) -   
Rosimeire Martins Rezende  
CPF: 067.986.186-69

2) -   
Renata Cristina Bessa  
CPF: 081.397.228-04

05

**ANEXO I**

**PLANO DE TRABALHO**

**1. DADOS CADASTRAIS**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE (2º Participe)**

**Nome:** Associação Fraternal Corina Novelino (Creche Tia Nina)  
**CNPJ:** 02.235.393/0001-48  
**Endereço:** Avenida Aníbal Ferreira Cândido, nº 655, Bairro: Alto Boa Vista  
**Cidade/Estado:** Sacramento/MG  
**CEP:** 38.190-000  
**DDD/Telefone:** (34) 3351-1485  
**E-mail:** afcn.tianina@hotmail.com

**RESPONSÁVEL**

**Nome:** Raimunda Silva Trindade  
**Função / Cargo:** Presidente  
**CPF:** 856.003.508-72  
**RG / Órgão expedidor e Data emissão:** 11744369-4 SSP SP de 21/11/2013  
**Endereço:** Rua Mário Afonso Primo, nº 472  
**Cidade/Estado:** Sacramento/MG  
**CEP:** 38.190-000  
**DDD/Telefone:** (34) 984056188  
**E-mail:** stefantrindade@hotmail.com

**DADOS BANCÁRIOS**

**Banco:** Caixa Econômica Federal  
**Agência:** 0940  
**Conta corrente:** 1946-7

**2. INTERVENIENTE**

**Entidade:** Associação Fraternal Corina Novelino (Creche Tia Nina)  
**CNPJ:** 02.236.393-0001/48  
**Endereço:** Avenida Aníbal Ferreira Cândido, 655.  
**Cidade/Estado:** Sacramento-MG  
**Nome do Responsável:** Raimunda Silva Trindade  
**Função / Cargo:** Presidente  
**CPF:** 856.003.508-72

### 3. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO																						
Repasse de Recurso Financeiro Subvenção 2021	Início: 01/01/2021	Término: 31/12/2021																					
<b>DESCRIÇÃO DO OBJETO</b>																							
<p><b>Objetivo Geral:</b></p> <p>Temos como objetivo, além do cuidado e carinho com as crianças, proporcionar momentos lúdicos e prazerosos para elas através da equipe pedagógica, ensinando com brincadeiras educativas.</p> <p>Buscamos parcerias para enriquecer o trabalho através de voluntários que vem proporcionarem outras atividades além das já desenvolvidas pela equipe da creche como, atividades lúdicas e outras brincadeiras.</p> <p>Com o repasse do recurso poderemos dar continuidade dos nossos trabalhos.</p>																							
<p><b>Público Alvo / Meta Física: RESPONDER</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A meta para 2021 é de 90 crianças de 2 a 5 anos.</li><li>• Temos uma auxiliar do desenvolvimento infantil, uma auxiliar de creche, uma secretária, uma auxiliar nos serviços de cozinha e voluntários.</li></ul> <p>Obs: Para o ano de 2021 pretendemos contratar mais uma auxiliar do desenvolvimento infantil, duas faxineiras e três professoras.</p>																							
<b>APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE</b>																							
<p><b>IDENTIFICAÇÃO</b> – Associação Fraterna Corina Novelino (Creche Tia Nina) foi fundada em 04 de Setembro de 1997. Nosso objetivo não é só o cuidado, mas também proporcionar aprendizado para as crianças de forma lúdica.</p> <p>O tempo de Mandato da diretoria é de 11/10/2018 à 11/10/2022.</p> <p><b>RECURSOS HUMANOS (DO SERVIÇO)</b> Relacione a equipe técnica principal do serviço e a de apoio, incluindo formação profissional (Assistente Social, Psicólogo, Administrador, Advogado, Pedagogo, Diretor, Coordenador, Educador, etc.).</p>																							
<table border="1"><thead><tr><th>Nome</th><th>Função</th><th>Regime de contratação</th></tr></thead><tbody><tr><td>Daniele Cristina de Oliveira</td><td>Secretária escolar</td><td>Contratada</td></tr><tr><td>Dayeny de Matos Veloso</td><td>Auxiliar do desenvolvimento infantil</td><td>Contratada</td></tr><tr><td>Íris Cruz</td><td>Vice-presidente</td><td>Voluntária (Sem fins lucrativos)</td></tr><tr><td>Neide Isabel Galdino Miranda – Cozinheira</td><td>Auxiliar nos serviços de alimentação.</td><td>Contratada</td></tr><tr><td>Raimunda Silva Trindade</td><td>Presidente</td><td>Voluntária (Sem fins lucrativos)</td></tr><tr><td>Renata Cristina Euzébio de Souza</td><td>Auxiliar de creche</td><td>Contratada</td></tr></tbody></table>			Nome	Função	Regime de contratação	Daniele Cristina de Oliveira	Secretária escolar	Contratada	Dayeny de Matos Veloso	Auxiliar do desenvolvimento infantil	Contratada	Íris Cruz	Vice-presidente	Voluntária (Sem fins lucrativos)	Neide Isabel Galdino Miranda – Cozinheira	Auxiliar nos serviços de alimentação.	Contratada	Raimunda Silva Trindade	Presidente	Voluntária (Sem fins lucrativos)	Renata Cristina Euzébio de Souza	Auxiliar de creche	Contratada
Nome	Função	Regime de contratação																					
Daniele Cristina de Oliveira	Secretária escolar	Contratada																					
Dayeny de Matos Veloso	Auxiliar do desenvolvimento infantil	Contratada																					
Íris Cruz	Vice-presidente	Voluntária (Sem fins lucrativos)																					
Neide Isabel Galdino Miranda – Cozinheira	Auxiliar nos serviços de alimentação.	Contratada																					
Raimunda Silva Trindade	Presidente	Voluntária (Sem fins lucrativos)																					
Renata Cristina Euzébio de Souza	Auxiliar de creche	Contratada																					

06

07

### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Com a execução deste projeto, as crianças poderão continuar tendo a oportunidade de participarem de atividades de higiene e saúde, coordenação motora ampla, através da pintura, música, dança, psicomotricidade, proporcionando desta maneira aos alunos criar de acordo com suas habilidades e experiências, elevar sua autoestima, desenvolver potenciais, favorecer o aprendizado e estimular a independência da criança, da criatividade, da imaginação, da atenção, da socialização e no desenvolvimento do mundo que a cerca.

Esta ação continua produz resultados positivos e concretos, como melhoria no desempenho da independência da criança, elevação da autoestima, criatividade e exercício da cidadania.

a) Problema social que o serviço pretende solucionar:

Contribuir com a comunidade nos cuidados e aprendizados das crianças.

b) Impacto social do serviço e as transformações positivas e duradouras esperadas;

Aprendizado e crescimento das crianças enquanto cidadão perante a sociedade.

c) Área geográfica em que o serviço se insere,

A Creche se encontra na área urbana de Sacramento-MG

d) Por que executar o serviço?

Porque acreditamos que a educação é uma ferramenta para a melhoria da sociedade como um todo.



4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

TÍTULO DO PROJETO:	PERÍODO DE EXECUÇÃO			
	Início: 01/01/21		Fim: 31/12/21	
ESPECIFICAÇÃO	Nº	TOTAL	1º Participe Recurso Subvenção	2º Participe Recurso Próprio
<b>I. Folha de pagamento:</b>				
1. Vencimentos;	1	R\$ 40.000,00		
2. Encargos Sociais; INSS e FGTS	2	R\$ 5.000,00		
3. Rescisão e Multa	3	R\$ 6.000,00		
<b>II. Material de consumo:</b>				
1. Combustíveis;	1	R\$ 1.500,00		
2. Gêneros de Alimentação:	2	R\$ 12.500,00		
3. Gás para Cozinha;	3	R\$ 500,00		
4. Material para Limpeza, Conservação e Higiene;	4	R\$ 500,00		
5. Material Gráfico;	5	R\$ 400,00		
6. Utensílios para Copa e Cozinha;	6	R\$ 400,00		
7. Material Descartável;	7	R\$ 500,00		
8. Água, luz e telefone	8	R\$ 3.000,00		
<b>III. Remuneração de Serviços de Natureza Eventual:</b>				
1. Contabilidade para Fins da execução do Projeto;	1	R\$ 1.750,00		
2. Reparação, compra de móveis, aquisição e conservação de Bens e equipamentos;	2	R\$ 2.500,00		
3. Eventos Artísticos e Culturais;	3	R\$ 500,00		
4. Proteção e Segurança;	4	R\$ 200,00		
5. Diarista	5	R\$ 2.000,00		
6. Contabilidade	6	R\$ 1.000,00		
<b>IV. Construção / Reforma:</b>				
1. Materiais básicos para construção;	1	R\$ 1.000,00		
2. Materiais para Instalação elétrica e Hidráulica;	2	R\$ 900,00		
3. Projeto de engenharia;	3	R\$ 1.500,00		
4. Mão de Obra;	4	R\$ 1.500,00		
5. Tintas; Pintura	5	R\$ 750,00		
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 84.000,00</b>		

**QUANTO À EXECUÇÃO DO OBJETO** – Os recursos financeiros deverão ser aplicados em coerência com o plano de trabalho. Qualquer alteração no plano de trabalho deverá ser protocolada no Setor de Protocolo (Centro administrativo). O não cumprimento das obrigações pela entidade ou pela pessoa física destinatária do apoio financeiro, acarretará na restituição aos cofres públicos da importância recebida, devidamente corrigida.

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

1º Participe (Recurso recebido do Município)

Especificação da Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00

Especificação da Meta	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez
	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00

2º Participe (Recurso Próprio da Entidade)

Especificação da Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho

Especificação da Meta	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez

6. DECLARAÇÃO

Na qualidade de Representante Legal do proponente, declaro, para fins junto ao Município de Sacramento, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade de Administração Pública Municipal, que impeça a Transferência de recursos oriundos de dotação consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

**Pede Deferimento.**

Sacramento, 23/12/2020

Ass.:



2º Participe (Entidade)  
Assinatura Presidente

7. APROVAÇÃO DO MUNICÍPIO

**Aprovado**

Sacramento, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2020

Ass.:

1º Participe (Município)